



DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA CRÍTICA NO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE NOS CEPIS DE GOIÁS

Vitória Karolyne Siqueira Silva

(Universidade Estadual de Goiás - ESEFFEGO)

Álcio Crisóstomo Magalhães

(Universidade Estadual de Goiás - ESEFFEGO)

219

RESUMO

O presente estudo discute os impactos do “novo” Ensino Médio na organização do trabalho pedagógico da Educação Física nos Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) de Goiânia. O objetivo é analisar os fatores que dificultam a incorporação das perspectivas críticas nas aulas de Educação Física, considerando as mudanças impostas pela reforma. Utiliza-se o método do Materialismo Histórico-Dialético, articulando pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados ocorre por meio de questionários e entrevistas com professores, estudantes e estagiários dos CEPIS. A análise preliminar revela um descompasso entre o prescrito nos documentos oficiais e a realidade das práticas pedagógicas. Observa-se a priorização de competências técnicas e socioemocionais, em detrimento da valorização da cultura corporal, o que intensifica práticas distantes de uma abordagem crítica e emancipatória. Esse cenário é agravado pela redução da carga horária, precarização das condições de trabalho e sobrecarga docente. Os resultados esperados visam contribuir para o debate sobre os efeitos da contrarreforma do Ensino Médio na Educação Física escolar, além de oferecer subsídios para práticas pedagógicas que resgatem princípios críticos, favorecendo a formação de sujeitos capazes de refletir sobre suas experiências corporais e a realidade social em que estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Novo Ensino Médio; Abandono Pedagógico;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Silva e Brasileiro (2023), os(as) professores(as) de Educação Física de escolas de ensino médio do Estado de Pernambuco não se aprofundaram nos conhecimentos sobre as especificidades da disciplina no contexto do novo currículo. Para os autores, esse cenário resulta da ausência de formações continuadas voltadas para essa temática. Além disso, mesmo com os currículos estaduais já implementados, observa-se que os(as) docentes não os seguem em sua totalidade.

Esse fato confirma o abandono pedagógico na Educação Física. Para Darido e Souza Júnior (2015), essa prática emerge, em parte, das precárias condições de trabalho e das fragilidades na formação inicial e continuada dos profissionais. Soma-se a isso a influência de interpretações equivocadas sobre a “nova literatura” surgida a partir da década de 1980. Nesse contexto, a crítica



acentuada ao esporte de rendimento levou muitos docentes a buscar alternativas metodológicas. Contudo, diante da falta de suporte teórico e prático consistente, alguns passaram a adotar modelos de aula em que os próprios estudantes decidem as atividades, evidenciando certa desresponsabilização pedagógica. Assim, este contexto dificulta a consolidação de práticas alinhadas às perspectivas críticas, que buscam superar modelos tradicionais, tecnicistas e descontextualizados.

Corroborando essa análise, Santini e Molina Neto (2005) destacam que o quadro de precarização das condições de trabalho agrava ainda mais esse cenário. Os autores identificaram a incidência da Síndrome do Esgotamento Profissional entre professores de Educação Física, desencadeada por fatores como sobrecarga de trabalho, ausência de materiais didáticos, estruturas físicas inadequadas e relações interpessoais desgastantes no ambiente escolar. Diante dessas adversidades, muitos profissionais passam a adotar estratégias de mera sobrevivência no sistema educacional, entre elas, justamente, o abandono pedagógico.

Sob o argumento da necessidade de criar condições para superar as estruturas que levam a esse abandono pedagógico, que se reflete fortemente na organização do trabalho pedagógico em Educação Física, inicia-se, em 2016, no Brasil, uma contrarreforma do Ensino Médio. A Medida Provisória 746/2016 e, posteriormente, a Lei 13.415 instituem o chamado “novo” ensino médio, trazendo mudanças estruturais nas reformas que desde 1998 vinham ampliando a carga horária e alterando a organização do trabalho pedagógico do ensino médio.

Entre os componentes curriculares impactados está a Educação Física, que, historicamente, já enfrentava desafios relacionados ao seu reconhecimento e valorização no âmbito escolar. Observa-se uma redução significativa na carga horária destinada especificamente à disciplina.

No “novo” ensino médio (Lei 13.415/2017), a distribuição das aulas semanais de Educação Física na maior parte dos estados foi reduzida.

Constatou-se significativa diminuição na carga horária deste componente. No novo ensino médio, a carga total média é de 108 horas, antes era de 182, reflexo da supressão promovida na maioria das redes. Quanto às aulas semanais, a maior parte dos estados destinou 4 horas (8 redes) e 3 horas (8 redes). O estado de Goiás estabeleceu apenas uma aula para esse componente, representando a rede com o menor número (Beltrão, Teixeira, Taffarel, 2024).

Em 2024, há uma tentativa de reverter parte dos elementos da contrarreforma de 2017. Com a promulgação da Lei 14.495/2024, ocorre uma ampliação dos componentes curriculares da Formação Geral Básica (FGB) ao longo dos três anos do ensino médio.



Conforme dados preliminares de uma pesquisa em andamento, intitulada *A organização do trabalho pedagógico nos Centros de Ensino em Período Integral de Goiás (CEPIs)*, a análise comparativa entre o prescrito na Base Nacional Comum Curricular e/ou no Documento Curricular Goiás para o Ensino Médio e a realidade do trabalho pedagógico em Educação Física nos CEPIs expressa um grande descompasso. Embora ambos os documentos adotem parte dos pressupostos do movimento renovador da década de 1980, sua lógica formativa ancora-se em uma perspectiva utilitarista, alinhada às exigências da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo — marcada pela intensificação e descaracterização do trabalho docente e redução da carga horária..

A hierarquização dos componentes curriculares, que na contrarreforma do Ensino Médio em Goiás prioriza competências técnico-instrumentais, a pedagogia das competências socioemocionais e os novos componentes que reforçam habilidades como protagonismo, adaptabilidade, criatividade e domínio tecnológico, impõe à Educação Física uma condição de menor importância.

Diante desse cenário, é fundamental problematizar de que maneira esse descompasso entre a concepção crítica da Educação Física e a lógica formativa do Novo Ensino Médio tem impactado a organização do trabalho pedagógico nos Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) de Goiás.

Assim, torna-se necessário retomar o debate sobre as perspectivas críticas na Educação Física, que ganharam força no Brasil a partir das reflexões propostas pelo movimento de renovação pedagógica dos anos 1980 e questionar quais os impactos da contrarreforma do “novo” ensino médio sobre o esforço de construção de uma abordagem crítica para a Educação Física. O “novo” ensino médio dialoga com essas abordagens que tentam promover experiências formativas nas quais os indivíduos estabelecem relações conscientes consigo mesmos e com os outros, favorecendo a construção de sentidos sobre suas práticas e vivências? O “novo” Ensino Médio em Goiás permite de fato a organização do trabalho pedagógico orientado pela perspectiva de cultura corporal? Considerando aquilo que vem sendo concebido e realizado como Educação Física no “novo” Ensino Médio em Goiás, é possível falar que os docentes estão desenvolvendo um trabalho pedagógico centrado na autorreflexão crítica como caminho para que os sujeitos rompam com as limitações impostas pelas estruturas sociais e se desenvolvam com autonomia? São essas algumas das questões principais que se pretende responder com esta pesquisa.



Uma das competências para a Educação Física no “novo” Ensino Médio é permitir que se compreenda de forma crítica como as práticas corporais estão presentes em suas vidas e na sociedade. Isso envolve refletir sobre os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ideológicos que as influenciam. Para isso, é essencial que vivenciem as práticas corporais junto com momentos de reflexão, leitura e produção de diferentes tipos de discurso (BNCC, 2018). A partir dessa prescrição curricular, cabe que questionar se a realidade da organização do trabalho pedagógico nos CEPIs de Goiás, está de fato em consonância com tal competência.

Assim, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre como a reforma “novo” ensino médio em Goiás está impactando o fazer pedagógico dos(as) professores(as), a percepção dos(as) estudantes e, conseqüentemente, as possibilidades de construção de uma Educação Física escolar que dialogue com a cultura corporal. É esta análise que este plano de trabalho pretende desenvolver.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar os fatores que dificultam a incorporação das perspectivas críticas nas aulas de Educação Física, considerando as mudanças impostas pelo “novo” Ensino Médio na cidade de Goiânia. Para alcançar esse objetivo, busca-se investigar as barreiras práticas e pedagógicas enfrentadas pelos professores de Educação Física na implementação de uma abordagem crítica em suas aulas. Além disso, pretende-se examinar a percepção dos estudantes sobre a Educação Física no contexto do “novo” Ensino Médio, bem como analisar de que maneira o currículo vigente, em sua aplicação prática, pode estar contribuindo para o fenômeno do abandono pedagógico, especialmente no que se refere à realização de atividades que valorizem e reflitam a cultura corporal de movimento.

METODOLOGIA

Este plano de trabalho será desenvolvido à luz do método do Materialismo Histórico-Dialético, que permite a compreensão da realidade social a partir das contradições presentes nas relações sociais, considerando os processos históricos, econômicos, políticos e culturais que conformam as práticas educativas. A adoção deste método busca compreender as mediações entre a realidade concreta da escola, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas no contexto da Educação Física no Ensino Médio ofertado nos Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) de Goiânia. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfico-documental, aliada à pesquisa de campo,



visando articular a análise teórica com a realidade concreta. Na etapa bibliográfica e documental, serão analisados documentos oficiais, legislações, referenciais curriculares e produções acadêmicas que tratam da temática.

A pesquisa de campo será realizada em escolas da rede pública estadual de Goiânia, especificamente em CEPIs. No desenvolvimento desta etapa, serão aplicados questionários semiestruturados e realizadas entrevistas com três grupos de participantes: professores de Educação Física, estudantes do Ensino Médio e estagiários de Educação Física que atuam nos CEPIs.

Cabe destacar que já realizamos uma coleta de dados prévia em nove CEPIs, cujos resultados estão sendo analisados. No decorrer dessa análise inicial, será avaliada a necessidade ou não de realizar novas entrevistas e ampliações no universo amostral, de modo a assegurar a consistência e a profundidade da análise. No momento, estamos na fase final de uma primeira etapa de uma pesquisa matriz, a qual nos oferecerá subsídios para definir com maior rigor os critérios de seleção dos participantes e das escolas que irão compor o universo amostral da presente investigação.

RESULTADOS ESPERADOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Espera-se, com a execução desta pesquisa, contribuir diretamente para o projeto macro que orienta e dá suporte a esta pesquisa, além de viabilizar a produção de conteúdo científico para eventos acadêmicos. Também é objetivo realizar a coleta, análise e sistematização de informações que fortaleçam a discussão teórica e prática sobre os impactos da contrarreforma do ensino médio, especialmente no que diz respeito às implicações para a organização do trabalho pedagógico na Educação Física.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, J. A.; TEIXEIRA, D. R.; TAFFAREL, C. . N. Z. A supressão da Educação Física nas matrizes curriculares do novo Ensino Médio. **Revista Ponto de Vista**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 01–20, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/17037>. Acesso em: 23 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio> Acesso em: 22 de maio. 2025.



BRASIL. **Lei Nº 14.945, 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, 31 de julho de 2024; 203º da Independência e 136º da República. Acesso em: 23 maio. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui o Novo Ensino Médio e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 set. 2016. Acesso em: 23 maio. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Acesso em: 23 maio. 2025.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.** Papirus: Campinas, 2015.

SANTINI, Joarez; MOLINA NETO, Vicente. A síndrome do esgotamento profissional em professores de Educação Física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte.** São Paulo, v. 19, n. 3, p. 209-222, 2005.